

Fundamentos eclesiológicos das relações Igreja - Mundo

Esquema XIII, texto «de Malines»

1. *A identidade do Texto*

Trata-se de uma das hipóteses de redacção do Esquema XIII, futura «*Gaudium et Spes*», na sua fase de preparação. Foi redigido em Malines — daí a designação por que é vulgarmente conhecido na história da Constituição Pastoral — no Verão de 1963, por um grupo de peritos de que faziam parte, nomeadamente: Cerfaux, Philipps, Thils, Delhayé, Dondeyne, Moeller, K. Rahner, Congar, Rigaux, Prignon, Tucci. A iniciativa de reunir este grupo e promover a redacção deste texto pertenceu ao Card. Suenens, que disso tinha sido encarregado pela Comissão de coordenação em Julho de 1963, depois desta ter regeitado a redacção anterior.

O referido grupo reuniu-se em Malines de 6 a 8 de Setembro de 1963 e no dia 22 deste mês estava pronto o texto em questão, elaborado por Mons. Philipps e discutido por todo o grupo¹. O texto só foi enviado aos membros da Comissão Mixta na 2.ª metade de Novembro de 1963. Na sua reunião de 29 do mesmo mês, a referida Comissão teve de pronunciar-se sobre dois textos referentes ao Esquema XIII, o último dos quais era mal conhecido pelos seus membros. Embora, como veremos, as razões profundas da rejeição do texto fossem de outra ordem, a precipitação e a confusão momentâneas não foram estranhas a essa decisão².

¹ Na cópia de que dispomos deste texto, está escrito à margem, pelo P. Roberto Tucci, um dos componentes do grupo, a seguinte nota: «Progetto Card. Suenens; elaborato da mons. Philipps ed un comitato di una decina di periti convocati dal Cardinal stesso, attraverso mons. Prignon, Rettore del Collegio Belga di Roma».

² Para mais pormenores sobre a história deste texto, cfr. R. TUCCI, «Introduction Historique et Doctrinale à la Constitution Pastorale», in Y. CONGAR et M. P. FEUCHMAURD, *L'Eglise dans le Monde de ce temps*, vol. II, Paris (1967), pp. 50-57.

2. Interesse deste estudo

Poderia pôr-se legitimamente em questão o interesse de um artigo sobre um texto da pré-história da *Gaudium et Spes*, que nem sequer teve as honras da discussão conciliar, hoje que temos, não apenas o texto definitivo da Constituição Pastoral, mas uma abundante literatura de comentários Teológicos e Pastorais, explicitando e fazendo progredir a compreensão da doutrina sobre a presença da Igreja no mundo. Parece-nos que um estudo deste género tem, antes de mais, um interesse histórico, não apenas enquanto reconstituição de um passado inerte, mas no sentido em que o passado se prolonga no presente, lançando sobre ele a sua luz. Hoje interessamos, antes de mais, aprofundar a doutrina da G. S.. Mas à compreensão desta, não será indiferente o estudo da sua génese histórica. Quantas vezes, frente a um documento do Magistério, as hipóteses de uma continuidade criativa no aprofundamento da doutrina, estão já contidas no dinamismo da evolução desses documentos, na sua fase constitutiva. Essa é, pois, a primeira razão deste estudo: pensamos que ele ajudará a uma compreensão criativa do Documento definitivamente aprovado.

Um segundo motivo, encontramos-lo na natureza, profundamente doutrinal e teológica, deste texto. Este aspecto marcadamente doutrinal, está explicitamente sugerido na maneira como a tarefa da sua redacção foi confiada ao Card. Suenens. Em carta de 22 de Agosto de 1963 do Padre Prignon ao P. Tucci, lê-se que o Cardeal foi encarregado de «apresentar ao Concílio um projecto de prefácio ao Esquema XVII, contendo uma exposição Teológica sobre as relações entre a Igreja e o mundo»³. Esta referência, além de sublinhar o carácter doutrinal e Teológico do texto, indica-nos que ele não pretendia ser uma hipótese para todo o documento sobre a presença da Igreja no mundo, mas apenas uma espécie de introdução doutrinal a esse documento. Este aspecto é confirmado por uma carta do próprio Cardeal Suenens ao P. Prignon, de 5 de Julho de 1963, on de se lê: «A Comissão de coordenação acaba de me confiar a elaboração do Esquema XVII na sua parte propriamente conciliar, sendo os capí-

³ O Cardeal é encarregado «de présenter au Concile un projet de préface au schéma XVI contenant un exposé théologique sur les rapports entre l'Église et le monde», (Colecção particular de documentos da Revista *La Civiltà Cattolica*). Todos os documentos inéditos citados neste artigo, foram-nos facilitados pela Direcção daquela Revista.

tulos particulares reservados a sub-comissões que terão de ampliar os textos já estabelecidos»⁴.

A qualidade doutrinal do texto é confirmada, paradoxalmente, nas razões por que foi regeitado. Reconheceu-se a sua qualidade teológica e escripturística, fornecendo uma boa base doutrinal para o documento desejado. Foi regeitado porque não punha suficientemente em relevo a problemática das relações da Igreja com o mundo. Havia todo um grupo, nos bastidores do Concílio, que defendia a ideia de que um documento destinado a falar ao mundo moderno, devia partir da consideração dos problemas do mundo e falar aos homens com uma linguagem que pudesse ser por eles compreendida e aceite⁵.

Este aspecto marcadamente doutrinal foi, como dissemos, um dos que nos sugeriu este trabalho, pois parece-nos muito importante que a maneira de situar a Igreja no mundo, assente sobre sólidos princípios dogmáticos.

Falta a este texto, é certo, aquela perspectiva indutiva de atenção ao concreto do mundo, como ponto de partida para o estabelecimento do diálogo entre o mundo e a Igreja e que será uma das linhas de força da «*Gaudium et Spes*»; mas a insistência na perspectiva dogmática, sublinha a importância de ter como pano de fundo, em toda a preocupação indutiva de leitura dos sinais dos tempos, uma sã Eclesiologia.

3. Frente ao mundo, a Igreja define-se pela «missão»

É esta uma maneira dinâmica de compreender e apresentar a natureza da Igreja. Ela define-se como a enviada ao mundo, portadora de uma mensagem de que ele é o destinatário. A fidelidade existencial ao seu próprio mistério incluirá, necessariamente, a vivência e a fidelidade a essa mensagem, e a coragem de a anunciar. Na Igreja, pela exigência da sua própria natureza, a fidelidade à verdade é fidelidade à «missão». O mundo, como exigência de salvação, entra na definição da natureza profunda da Igreja.

⁴ «La Commission de Coordination vient de me confier l'élaboration du Schéma 17 dans sa partie proprement «conciliaire», les chapitres particuliers étant réservés à des sous-commissions qui auront à amplifier les textes déjà établis» (*ibidem*).

⁵ Cfr. H. RIEDMATTEN, «Histoire de la Constitution Pastorale sur l'Eglise dans le monde de ce temps», in K. RAHNER, H. DE RIEDMATTEN et autres, *Gaudium et Spes, L'Eglise dans le monde de ce temps*, Paris, (1967), pp. 69.

Esta perspectiva esteve presente quando, no fim da primeira sessão conciliar, se procedeu à reestruturação de toda a agenda do Concílio. Na sua intervenção, a 3 de Dezembro de 1962, o Card. Suenens propôs à assembleia conciliar que o Concílio estudasse a Igreja numa dupla perspectiva: «*ad intra*», o mistério da Igreja como Corpo de Cristo; e «*ad extra*» a Igreja na sua missão evangelizadora das nações, o que inclui um diálogo da Igreja com o mundo. É importante que a Igreja para além dos seus problemas internos, sugeridos pela vida dialogal dos cristãos entre si, encete um profundo diálogo com o mundo de hoje, que põe à Igreja problemas mais graves do que aqueles que rebentam da sua própria vida interna. Mas para que a Igreja considere seus esses problemas levantados pelo mundo, é preciso que ela se considere a si mesma como essencialmente enviada ao mundo⁶.

Depois de um «proémio», em que se afirma que o Concílio considera sua missão, na sequência do mistério da Igreja, iluminar, na luz de Cristo, todos os homens, cristãos e não cristãos, para uma justa compreensão das próprias realidades do mundo, para uma renovação e transformação do próprio mundo, em cuja construção os cristãos são chamados a colaborar, fazendo dessa colaboração uma concretização da caridade, o texto afirma no n.º 2:

«A Igreja é enviada ao mundo, para, consagrando-o em nome de Cristo, o reconciliar com Deus (2 Cor. 5,20) e, pela fé, o conduzir à salvação, de tal modo que a plenitude de todo o mundo seja transformado na dignidade dos filhos de Abraão. Com efeito, o Senhor, com palavras solenes, à maneira de testamento, ordenou aos apóstolos: «Pregai o Evangelho a toda a criatura (Mc. 16,15); «Ensinai todos os povos, baptizando-os...» (Mt. 28,18; cfr. 24,14); «E sereis minhas testemunhas... até aos confins da terra» (Act. 1,8), para que Deus, Pai dos fiéis, espalhando a graça da adopção, multiplique em toda a terra os filhos da Promessa»⁷.

A missão da Igreja frente ao mundo é aqui definida na linha do desígnio salvífico de Deus: o mundo todo, isto é, a humanidade

⁶ *Ibidem*, pp. 46-47.

⁷ «Ad ipsum scilicet mundum Ecclesia mittitur, ut eum in nomine Christi obsecrans, Deo reconciliet (cf. 2 Cor. 5,20), et per fidem ad salutem perducatur, sicque in Abrahae filiorum dignitatem totius mundi transeat plenitudo. Dominus enim, verbis ad modum testamenti solemnibus, apostolis imperavit: «Praedicate Evangelium omni creaturae» (Mc. 16,15); «Docete omnes gentes, baptizantes eos...» (Mt. 28,18; cf. 24,14); «Et eritis mihi testes... usque ad ultimum terrae» (Act. 1,8), ut Deus, fidelium Pater, in toto orbe terrarum promissionis suae filios, diffusa adoptionis gratia, multiplicaret».

inteira, é convidada a partilhar um dia no mistério da aliança. O que constituiu a dignidade dos judeus do A. T., o serem «filhos de Abraão», e a qualidade de filhos de Deus, partilhada por todos os cristãos, será um dia partilhada por todos os homens. A Igreja é, no mundo, a anunciadora e a obreira desse mistério. Ela tem uma missão de criatividade e fecundidade a exercer em relação ao mundo: semear no coração dos homens a confiança de se sentirem «filhos da Promessa». A Igreja tem no mundo, uma missão de libertação e de construção da pessoa humana.

Esta criatividade em relação ao mundo, adquire-a a Igreja na sua relação com o mistério de Cristo. Ela conduz o mundo à salvação e reconcilia-o com Deus, pondo-o em contacto com Cristo. A fecundidade da Igreja em relação ao mundo, vem-lhe da sua própria relação com Cristo. Este aspecto, já sugerido no n.º 2, é claramente afirmado no n.º 6:

«A Igreja, a Celeste Jerusalém, já está presente no mundo de modo activo e benéfico, pelo próprio facto de lhe ter sido dada a estar presente nele, enquanto insondável «plêroma» de Cristo, com cuja graça ela é alimentada e sustentada e se encaminha para a plenitude de Deus; e pelo seu múnus sacerdotal ela oferece a Deus o louvor da criação inteira, na acção de graças, na proclamação da sua mensagem e distribuição dos sacramentos, na contemplação espiritual e no serviço universal da caridade. Tudo isto é como que recapitulado na divina Liturgia, sinal e penhor do nosso convívio no céu, de onde esperamos nosso Senhor Jesus Cristo «que transformará o nosso corpo de miséria para o conformar ao seu corpo de Glória, com aquela força que Ele tem de poder submeter a si todas as coisas»⁸.

Toda a eficácia criativa que a Igreja tem em relação ao mundo, é relacionada, aqui, com a plenitude de Cristo. Só Ele tem verdadeiro poder de transformar o mundo, criando-o de novo, fazendo-o aproximar-se cada vez mais do Reino prometido. A Igreja é o «plêroma» de Cristo, isto é, fruto dessa fecundidade criativa de

⁸ *Iam autem Ecclesia, coelestis Ierusalem, activo et benefico modo in mundo presens est, eo ipso quod in eo posita eique data est tanquam arcanum pleroma Christi, cuius gratia alitur et sustentatur et ad plenitudinem Dei manifestam progreditur; necnon per officium suum sacerdotale, laudem universae creationis Deo deferendi in gratiarum actione, in praeconii proclamatione et sacramentorum distributione, in spiritualium contemplatione et universali caritatis servitio. Quae omnia velut recapitulantur in Divina Liturgia, signo et pignore nostrae conversationis in coelis, unde exspectamus Dominum Nostrum Iesum Christum, «qui reformabit corpus humilitatis nostrae configuratum corpori claritatis suae, secundum operationem qua etiam possit subiicere sibi omnia» (Phil. 3,20-21).*

Cristo, ela participa da sua plenitude, desse seu dinamismo criador. E é enquanto tal que ela está no mundo. A sua capacidade dinâmica de transformar o mundo e libertar o homem, recebe-a ela do seu Senhor, ao mesmo tempo que dele recebe o seu novo ser e a qualidade profunda de nova criação.

Nesta relação dinâmica com Cristo a Igreja encontra uma coincidência profunda entre a sua natureza e a sua missão. Sendo na sua qualidade de nova criação, o fruto da plenitude criativa de Cristo, ela participa dessa criatividade; e essa criatividade é nela o princípio dinâmico da missão. Esta brota do dinamismo profundo do mistério da Igreja. Quanto mais a Igreja for possuída pela plenitude de Cristo, mais fecunda será a sua missão. A Igreja ao definir-se pela sua qualidade de enviada ao mundo, define-se pela sua relação profunda a Jesus Cristo.

Na linha da realização do desígnio salvífico de Deus, esta presença da Igreja no mundo, como «plêroma» de Cristo, toma toda a densidade de uma presença sacramental. O que é definitivo para o crescimento do mundo é o Espírito de Jesus, que estende a sua acção ao universo inteiro (cfr. G. S. n.º 11); a Igreja está no mundo como sacramento dessa eficácia do Espírito. A autenticidade da sua relação com Cristo decide mais do sentido da sua presença no mundo, que todo o engenho das suas iniciativas humanas.

4. *A missão objectiva-se na presença fecunda da Igreja no mundo*

Estando no mundo como plenitude de Cristo, a Igreja é para o mundo e para o homem uma força de crescimento e de plena realização. A certeza desta força criativa da Igreja e da sua capacidade de contribuir para a libertação do homem, fez surgir a primeira concretização da missão da Igreja no mundo: a Evangelização dos pobres (N.º 4). É a eles, antes de mais, que a Igreja deve anunciar a salvação; e o anúncio da salvação é, para eles, a promessa e a esperança de uma libertação e da conquista da sua verdadeira dignidade de pessoas. Portadora de uma mensagem e de uma força que dignificam o homem, a Igreja anuncia-as, antes de mais, aos que mais carecem delas. «A Igreja considera como pertencendo ao dever da sua caridade, elevar toda a pobreza espiritual e temporal,

individual e social»⁹. A sua missão junto dos pobres define o sentido profundo da sua presença no mundo: é sua missão de amor ajudar os homens, individual e colectivamente, a vencerem tudo o que é carência, material ou espiritual. A Igreja e a sua mensagem, afirmam-se no mundo como força de liberdade. Ao serviço dos pobres, ela está ao serviço de todos os homens e do homem todo. Não admira que no número seguinte, o texto considere a dignidade da pessoa humana, já contida na origem do homem como criatura de Deus e reafirmada no mistério de Cristo. No n.º 9, o anúncio do Evangelho e a vida da própria comunidade cristã, são relacionados com o inculcar e promover a dignidade da pessoa humana, realçando, sobretudo, a sublimidade da sua vocação. Sem se gloriar de poder apresentar uma solução para os intrincados problemas humanos, a Igreja acredita que a mensagem que tem para oferecer ao mundo, pode ser força e luz para a resolução progressiva desses problemas¹⁰.

Esta fecundidade da Igreja em relação ao mundo, concretiza-a o texto, em seguida, na própria construção da sociedade profana. A Igreja considera-se, fundamentalmente, ao serviço do homem como força de libertação. Mas porque, como se lê no n.º 10 «A Igreja não se preocupa só com os indivíduos, mas também com a sua sociedade, nem pensa exclusivamente na salvação eterna do homem, procurando elevar e transformar a sua situação terrena»¹¹, a Igreja considera importante, na linha da sua missão, a influência que pode exercer na construção da sociedade profana. Não é que ela queira revindicar para si o domínio do mundo (n.º 10), mas porque considera que tem algo a dar a todos os homens, em todas as circunstâncias e em todas as dimensões da sua existência.

Este contributo da missão da Igreja para a construção da sociedade humana, tem, segundo o n.º 7, um duplo aspecto: a proclamação da doutrina, por parte do Magistério Eclesiástico e a acção dos cristãos no mundo. Estes estão a construir, na sua vida de fé e de amor, a cidade futura do Reino dos céus que tem a sua primeira etapa na construção da própria cidade terrestre. Construindo o

⁹ «Omnium autem inopiam spiritualem ac temporalem, individualem, ac socialem sublevare ad officium suae caritatis pertinere confitetur». (N.º 4).

¹⁰ Este aspecto será muito desenvolvido no texto da G. S. cfr. nn. 12-22; 23-32. Este n.º 5 é verdadeiramente um germen do que serão os futuros capítulos I e II da G. S..

¹¹ «Neque de solis individuis curam gerit, sed etiam de eorum societate; neque ita exclusive de hominum salute aeterna sollicita est, ut de eorum sorte in terris curanda et sublevanda non cogitet» (n.º 10).

mundo dos homens, eles edificam o Reino de Deus. Cidade terrestre e cidade celeste não se excluem, nem se contrapõem, antes se interpenetram. Os cristãos são, assim, convidados a empenharem-se na construção da sociedade profana em nome da fidelidade às exigências da fé e da caridade. Eis o texto completo deste n.º 7:

«Não se pode conceber a pregação do Evangelho de Cristo, sem exercer uma influência fecunda em toda a ordem mundana, quer pela doutrina proposta pelo Magistério Eclesiástico, quer pela acção dos fiéis que, postos no mundo, contribuem validamente para a sua edificação. Pela fé e pela caridade eles são impelidos a darem realização à totalidade do desígnio de Deus sobre o mundo. Com efeito, a cidade dos cristãos, que é dos céus (cf. Phil. 3,20; Col. 3,2) edifica-se sobre a terra e os cidadãos do Reino de Deus são também cidadãos da sociedade humana. Estas duas sociedades, a celeste e a humana, convergem uma para a outra e interrogam-se mutuamente não devendo opôr-se entre si, uma vez que ambas provêm de Cristo e para Ele caminham. Por isso mesmo, os cristãos devem colaborar, num esforço incansável e variado, que empenhe todas as suas forças, na construção da sociedade humana»¹².

É ultrapassada a dicotomia entre a fidelidade cristã e a construção histórica da cidade dos homens, que tantas vezes opôs a Igreja ao progresso e solução dos problemas da comunidade humana. É a escatologia cristã que toma dimensão histórica. O Reino de Deus outra coisa não é que a resolução dos problemas do mundo e do homem, à luz da fé e do amor. Proclamando a sua mensagem, a Igreja anuncia ao mundo algo que diz respeito ao processo de crescimento e libertação em que ele próprio está empenhado.

Uma vez que pelo trabalho dos cristãos a Igreja se sente a contribuir para a edificação da comunidade humana, ela toma consciência da dignidade de todo o trabalho. O texto faz, no n.º 13, uma breve teologia do trabalho.

¹² «Ecclesia ad bonum mundi confert. Praedicatio Evangelii Christi non potest quin proficuum influxum exercent super totum ordinem mundanum, tum per doctrinam a Magisterio ecclesiastico propositam, tum per actionem fidelium qui, in mundo positi, ad eius aedificationem valide contribuunt. Fide enim et caritate impelluntur, ut integrum consilium voluntatis Dei super mundum in actum deducant. Civitas scilicet christianorum, quae de coelis est (cf. Phil. 3,20; Col. 2,3), super terram tamem aedificatur, civesque regni Dei etiam cives sunt humanae societatis. Quae duae societates, coelestis nempe et humana, sibi invicem obviam veniunt et sese mutuo interrogant, attamen inter se adversari non debent, quia ambae suo modo a Christo proveniunt ad Eumque tendunt. Quapropter christiani pro viribus suis promotioni societatis humanae impigro et vario conatu collaborare tenentur». Este n.º está na origem do actual cap. III da G. S..

5. *A Igreja respeita a autonomia do mundo*

Este contributo que a Igreja oferece ao mundo para a sua realização, quer a Igreja dá-lo no respeito profundo pela autonomia do mundo e dos seus valores próprios.

«O mundo em que os homens vivem, na sua dimensão temporal, tem a sua consistência própria e rege-se pelas suas leis que a Igreja reconhece livre e sinceramente, não enquanto suas, mas enquanto estabelecidas por Deus, autor da natureza. As disciplinas humanas no seu âmbito, usam método e princípios próprios, para os quais a Igreja aprova uma justa liberdade, uma vez salvo aquilo que pertence à fé»¹³.

Nesta afirmação clara do respeito pela autonomia do mundo está o germen de uma situação de diálogo entre a Igreja e o mundo, desenvolvida no texto definitivo da Constituição pastoral¹⁴. Este reconhecimento da autonomia do mundo significa, de certo modo, para a Igreja, um alargar do horizonte do seu próprio mistério. Ela não renuncia à ordem de valores que lhe é própria, nem esta aceitação do mundo é simples atitude diplomática. É um intuir que o mistério que se realiza nela, atingiu já as estruturas do mundo, obra do mesmo Espírito que a alimenta e constrói a ela. Nesses valores profanos, nos ritmos positivos da humanidade, ela reconhece o essencial do dinamismo que lhe é próprio: o do Reino. «Desenvolvendo a ordem do mundo, ela descobre vestígios da sabedoria divina, aí indelevelmente impressos, embora sem terem, muitas vezes, aquela clareza que lhes é própria, sendo o seu fulgor deturpado pelo pecado. No coração humano e nas próprias coisas criadas, está subjacente como que um germen de verdade, de unidade e de justiça, aí deposto por Deus, pelo qual o homem é impelido a pôr ao serviço de toda a família humana as coisas inanimadas, a debelar a ignorância, a miséria e a iniquidade, a firmar na terra a paz e a harmonia, dando assim maior glória a Deus»¹⁵.

¹³ «Mundus in quo homines temporaliter vivunt, propria viget consistentia et suis regitur legibus, quas Ecclesia libenter et sincere agnoscit, non quidem tanquam suas, sed tamen a Deo, auctore nature, statutas. Humanae disciplinae in suo quaque ambitu propriis principiis et methodo utuntur; quarum iustam libertatem, servatis his quae de fide sunt, Ecclesia merito approbat» (n.º 12).

¹⁴ Cfr. G. S. todo o cap. IV.

¹⁵ «In quo ordine excolendo vestigium advertitur increatae Sapientiae, in eo indelebiter impressum, licet plures illud non satis perspicuum habeant vel eius fulgorem peccato deturpent. Insunt in corde humano et in ipsis rebus creatis quasi semina veritatis, unitatis ac

6. *Uma atitude profética de interpretação do mundo?*

Uma das razões que levou à rejeição deste texto como hipótese base para a discussão conciliar do Esquema XIII, foi o facto de ele não partir dos grandes problemas do homem moderno, perdendo, assim, o seu carácter incisivo. Alguns membros da Comissão acusaram-no de parecer-se mais com uma bela conferência teológica do que com aquele documento que o mundo esperava da Igreja. «Defendiam ardentemente a ideia de que todo o documento destinado a falar ao mundo moderno devia partir de uma consideração dos problemas do mundo e falar aos homens com uma linguagem e argumentos compreensíveis e aceitáveis para eles»¹⁶.

A exigência destes Padres vai encontrar a sua formulação mais exacta e completa nas normas-critérios para a redacção de um novo texto, depois de rejeitado o texto de Malines. Depois de tantos esforços, era preciso prosseguir com critério. Interessa-nos referir aqui, antes de mais, uma nota da Subcomissão sobre a natureza do Esquema que se pretende e dos critérios com que deve ser elaborado¹⁷. Diz-se, nesta nota, que o que se procura com o Esquema XIII, não é um tratado genérico de teologia das realidades temporais, mas uma visão das actuais realidades à luz da Teologia. O ponto de partida passa a ser a observação da realidade concreta, e não a elaboração sistemática de uma doutrina Teológica. A Teologia é simplesmente a luz a permitir uma leitura cristã profunda dessa realidade observada. Mais adiante, a mesma nota adverte que não se trata de uma visão genérica do mundo, mas das situações actuais; os valores e os perigos do momento presente, os problemas em que se vê envolvido o homem actual, as suas ansiedades e a sua esperança.

Começa a estar em questão uma verdadeira perspectiva indutiva na maneira de a Igreja apresentar a sua mensagem ao mundo.

justitiae, a Deo indita, quibus homo impellitur, ut res inanimatas in servitium totius humanae familiae redigat, ad ignorantiam, miseriam et iniquitatem debellandam et pacem ac harmoniam in terris firmandam, unde tandem maiores Deo salutari laudes deferuntur» (n.º 12).

¹⁶ Mons. Mc Grath. «Notas históricas sobre a *Gaudium et Spes*», in G. BARAUNA, *A Igreja no mundo de Hoje*, Petropolis, (1967) p. 140; cfr. R. TUCCI, op. cit., pp. 56.

¹⁷ «Nota Submissionis: «De Natura hujus schematis et de criteriis in eo adlaborando adhibitis». Estes documentos situam-se na história da G. S., na sequência imediata do texto que é o objecto do nosso estudo. Se os citamos aqui, é porque eles enquadram e ajudam a porventura, a ver a uma luz nova, os nn. 15-18 que comentaremos a seguir. No fundo a perspectiva que se vai procurar desenvolver a seguir, estava mais presente neste texto do que terá parecido aos peritos que o rejeitaram.

Ela vai partir, não dos seus princípios doutrinários abstractos, mas das realidades concretas da história dos homens, das quais ela vai propôr uma leitura iluminada pela fé. Esta perspectiva vai ser acentuada num outro documento que se segue imediatamente ao texto de Malines; um Directório, redigido pelo P. Häring, com os critérios para a redacção de um novo texto¹⁸. Aí é dito que todo o texto, logo desde o início, deve mostrar claramente que a Igreja está disposta a perscrutar os «sinais dos tempos». Que se proponha mesmo uma descrição dos principais traços da actual realidade do mundo e que a apresentação da doutrina surja nitidamente como resposta aos problemas dos homens do nosso tempo. Recomenda-se, depois, que essa análise sociológica seja bastante universal e não apenas ocidentalizada, e que a resposta doutrinária não seja estática, mas dinâmica, isto é, que não seja só a leitura positiva da realidade presente, mas seja, sobretudo, o colocar a Igreja numa atitude dinâmica frente ao mundo, que a leve, espontaneamente, a interpretar cristamente as sempre novas realidades de um mundo, que encontra na mudança uma das suas notas específicas.

Estão lançados os fundamentos da perspectiva que vai ser o pano de fundo de toda a Constituição Pastoral: uma atitude de atenção à história dos homens, para fazer das suas realidades uma leitura iluminada pela fé, captando no evoluir da sociedade humana, possíveis sinais do crescimento do Reino e pontos de contacto entre o Evangelho e a história do homem moderno. Esta perspectiva indutiva e esta atitude de atenção perscrutadora da Igreja em relação ao mundo, foram consideradas as grandes ausentes do texto de Malines. Sê-lo-iam de facto?

Podemos responder afirmativamente, se considerarmos o texto na sua globalidade. Ele não está estruturado nesta perspectiva, como o vai estar a futura *Gaudium et Spes*. Mesmo se nos nn. 15-18 tenta fazer essa leitura cristã das realidades concretas do mundo de hoje, é um caso isolado no conjunto do texto, que lhe quebra mesmo a sua unidade. No conjunto do texto, o ponto de partida é a exposição clara da doutrina, e a perspectiva é completamente dedutiva. Na G. S., ao contrário, os números em que é afirmada explicitamente essa atitude da Igreja frente ao mundo, (cf. nn. 4 e 11) inserem-se num texto que é todo ele estruturado na preocupação

¹⁸ «Directorium pro elaboratione Instructionis Pastoralis de Ecclesia in mundo».

de fidelidade a essa perspectiva indutiva, querendo partir da realidade do mundo.

No entanto os nn. 15-18 do texto de Malines são um exemplo bem claro da preocupação de ler cristamente as realidades actuais, para se poder acusá-lo de ter deixado completamente de parte essa perspectiva. Mais, na maneira clara e sistemática como faz essa leitura, fornece-nos elementos claros para toda a interpretação cristã da realidade, que ajudarão mesmo a sistematizar a obrigação da Igreja, solenemente afirmada na G. S., de fazer continuamente essa leitura.

O fenómeno histórico escolhido, foi o da crescente unificação do mundo e o de uma nova consciência da unidade. Frente a este fenómeno, o texto segue o seguinte esquema de pensamento: a descrição do fenómeno e análise da sua extensão; tentativa de uma leitura profunda dessa situação histórica, em busca da sua significação; a ambiguidade do fenómeno com a correspondente obscuridade na sua interpretação.

Não nos interessa aqui referir a análise e descrição concreta que é feita desse fenómeno da nova unidade do mundo. Interessamos, sim, analisar a maneira como ele é abordado e o que isso significa numa linha de atitude da Igreja, frente ao mundo.

6.1 — Parte-se da análise fenomenológica de um valor histórico, para enunciar a obrigação genérica de os cristãos estarem atentos a tudo o que é importante para o homem de hoje. «Estes desejos que irrompem do mais íntimo do coração humano, o homem cristão não pode nem ignorá-los, nem desprezá-los, antes, para que possa estar presente no mundo de maneira fecunda, deve esforçar-se por assumi-los numa promoção religiosa e moral, purificá-los e desenvolvê-los, excluído todo o indiferentismo moral e vencida a tentação de uma total independência do mundo em relação ao seu criador»¹⁹. Este dever, que aqui se refere ao homem cristão, será dito de toda a Igreja no n.º 4 da G. S..

6.2 — A significação salvífica do fenómeno é procurada na linha de uma convergência da sua significação sociológica com uma

¹⁹ «Quae desideria ex imo corde humanitatis prorumpentia christianus homo neque ignorare neque despiciere potest, sed satagere debet, ut operose praesens in suo mundo, omnia illa integre in ethica et religiosa promotione adsumat, purificet et expoliat, secluso omni indifferentismo morali, et dempta tentatione totalis ac superbae independentiae mundi erga suum Conditorum» (n.º 16).

dimensão evangélica da mensagem cristã. Assim uma nova consciência da unidade do mundo, pode preparar os homens para a compreensão de uma mais radical unidade do Género humano, conseguida em Cristo e na Igreja, que é misteriosamente o seu Corpo. «A Igreja não assiste a este como que parto de uma humanidade nova, com espírito indiferente ou hostil, mas descobre esta unidade crescente da história humana como correspondendo ao desígnio de Deus, a qual pode, inclusivamente, preparar, querendo Deus, uma mais alta unidade no Corpo de Cristo»²⁰.

É, assim, sublinhada a convergência do movimento da história com o mistério da salvação cristã: há uma coincidência entre o ritmo de crescimento do mundo e o misterioso crescimento do Reino, que só é possível se ambos resultarem da acção de um mesmo Espírito. Esta verdade será explicitamente afirmada no n.º 11 da G. S.. Os valores humanos estão abertos ao Evangelho e ao mistério da salvação. Eles são uma «praeperatio Evangelica». Fazer uma leitura da história, à luz da fé, é discernir essa convergência que existe entre o ritmo do mundo e o crescimento do Reino. Esta perspectiva volta a ser claramente enunciada mais à frente, no n.º 28, ao falar da comunhão que a Igreja deve estabelecer com todos.

«Para ela, toda a verdade, venha de onde vier, é do Espírito Santo», difundida por Ele, através da luz natural; o que ainda se admite mais facilmente à cerca das verdades da fé, devido à luz da graça. Quanto se encontra de bom junto dos outros, a Igreja não o julga estranho ao espírito evangélico»²¹.

São, assim, lançados os principais fundamentos doutrinais da possibilidade de uma leitura salvífica da história. Porque o Espírito age no universo inteiro, garante a união profunda entre tudo o que é valor positivo na caminhada histórica do homem. A mensagem evangélica surge, então, como dimensão explícita e radicalizada de valores já dinamicamente presentes no coração do homem. Cada valor humano sugere que se abra o Evangelho na página que lhe corresponde.

²⁰ «Ecclesia huic parturitioni quasi novae humanitatis non frigido neque hostili animo ad assistit, sed crescentem unitatem historiae humanae ut consilio divino respondentem detegit, quippe quae, provido Deo, altiore unitatem in Corpore Christi praeperare potest» (n.º 17).

²¹ «Pro ea «omne verum, a quocunque dicatur, a Spiritu Sancto est»; propter lumen naturale ab Eo diffusum; quod libentius adhuc admittit de veritatibus fidei, propter lumen gratiae quocunque apud alios bona inveniat, a spiritu evangelico aliena non censet» (n.º 28). O texto cita o Ambrosiaster, PL 17,245.

6.3 — A ambiguidade dos valores terrestres: a leitura da dimensão salvífica da história nunca é fácil e nem sempre é possível, devido à ambiguidade dos valores humanos. Toda a interpretação fácil da história correria o risco de ser simplista. O texto chama a atenção para vários aspectos dessa ambiguidade nos nn. 17-18. Aponta sobretudo os aspectos paradoxais e, por vezes, contraditórios dos valores humanos. Tão depressa parecem encaminhar o homem para a verdadeira descoberta de Deus e do seu desígnio, como o fazem cair numa afirmação de autonomia exagerada em relação a Deus, absolutizando as realidades humanas. E em relação ao próprio homem, o que num momento parece contribuir para a sua libertação e suprema realização, noutro é causa de alienações, levando o homem a cair na solidão e na tristeza.

Esta ambiguidade das realidades humanas, relaciona-a o texto com o mistério da liberdade do homem, que sendo o mais maravilhoso e mais nobre valor humano, leva por vezes o homem a abdicar da sua dignidade, a construir uma história que não o liberta nem constrói. A ambiguidade salvífica da história está profundamente relacionada com a presença do pecado na construção dessa história. A dimensão salvífica da história como a sua ambiguidade, jogam-se ao nível da interioridade livre do homem. As realidades e os valores que constituem a história, são a concretização, no espaço e no tempo, das tomadas de posição da liberdade dos homens, cujas escolhas são umas vezes adesão ao bem e ao amor e outras vezes opções de egoísmo. A libertação e a alienação dão-se as mãos numa história a que o homem imprime a significação profunda com as opções da sua liberdade²².

Nesta análise da ambiguidade salvífica da história, este texto fornecia elementos, perdidos nos textos seguintes e nunca mais completamente recuperados, nem sequer no texto definitivo²³.

O texto diz-nos a seguir que só a luz de Cristo pode dissipar esta ambiguidade das realidades humanas, permitindo uma interpretação. «O homem nunca pode superar totalmente as dissensões, ansiedades e aflições oriundas desta múltipla ambiguidade, mas no decorrer dos acontecimentos ele pode alcançar a desejada estabilidade se for confortado com a esperança em Cristo, vencedor da

²² Para uma mais completa análise da ambiguidade salvífica da história, cfr. J. POLICARPO; *Sinais dos Tempos*, Lisboa (1971), pp. 218-226.

²³ Na *Gaudium et Spes* encontramos referências à ambiguidade salvífica da história nos nn. 11, 25, 37.

morte e reconhecer livremente que a perfeição do homem não se encontra na abundância ou na posse externa das coisas, mas no cultivo interno da inteligência e do coração, perante Deus e perante a sociedade»²⁴.

Este texto abre-nos para algumas das características de toda a interpretação salvífica da história. Como a ambiguidade desta não será jamais completamente dissipada, toda a interpretação terá de fazer-se na esperança, mais na intuição do mistério que na verificação clara de verdades evidentes. A esperança que nos permite arriscar essa leitura positiva dos acontecimentos, não é uma esperança qualquer: fundamenta-se no mistério pascal. É na dialéctica do binómio morte-vida, proposta pela páscoa de Jesus, que o cristão encontra a luz para essa leitura da história. A interpretação dos sinais é o captar do sentido profundo dos acontecimentos na sua dialéctica, encontrando na ruptura que eles provocam, na surpresa de que são portadores, na purificação que nos exigem, a chave da sua mensagem. Este texto sugere-nos que a interpretação profética dos acontecimentos supõe uma compreensão profunda da própria história e que a fé em Jesus Cristo, morto e Ressuscitado, ajuda a fazer essa interpretação. O mistério da morte e Ressurreição de Jesus não ilumina apenas o pormenor salvífico, contido na história dos homens; ele torna possível a compreensão integral dessa história, a qual sem esse mistério, permanecerá na sua obscuridade radical.

E finalmente essa leitura dos acontecimentos só é possível no contexto de uma concepção de homem e do horizonte da sua existência, alargados pelos horizontes do mistério. Para um homem que viva a sua vida, excluindo dela as realidades transcendentes, dificilmente poderá captar a dimensão transcendente da história.

Verdadeiramente a perspectiva de uma leitura profética da história não estava ausente deste texto. Antes pelo contrário; ele fornece-nos elementos que completam as exigências dessa atenção à história enunciadas na G. S., abrindo caminho para o sentido dessa interpretação. No entanto é justo dizer-se que estes números não correspondem a uma verdadeira perspectiva indutiva que estruturasse todo o texto. Eles são mais um capítulo sobre a obrigação

²⁴ «Dissensiones, anctates et afflictiones ex ista multiplici ambiguitate oborientes homo nunquam totaliter superare valet, sed in eventum fluxu ad optatam stabilitatem accedere potest, si spe in Christo, mortis victor, confortatur, et libenter agnoscit perfectionem hominis non in externa rerum possessione aut copia inveniri, sed in interna mentis et coram Deo et universa societate» (n.º 18).

de a Igreja estar atenta ao evoluir do mundo, apresentada sistematicamente numa perspectiva deductiva. Esta dimensão vem, no entanto, completar e enriquecer as bases eclesiológicas aqui propostas para uma relação da Igreja com o mundo, pois para uma Igreja que se quer definir pela missão, esta atenção perscrutadora à vida dos homens e o acreditar que é possível captar aí sinais do Reino, são um aspecto essencial.

J. POLICARPO